



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

ARTICULAÇÕES URBANAS EM ESCADA: PLANEJAMENTO COLABORATIVO ATRAVÉS DA
RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E CIDADE

Ana Clara Oliveira de Araújo (Universidade Federal da Bahia) - clara.oliveiradearaujo@gmail.com
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, membro do CURIAR - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo

Jones de Sousa Nascimento (Universidade Federal da Bahia) - jones.dsn@hotmail.com
Graduando em Arquitetura e Urbanismo

Mariana Ribeiro Pardo (Universidade Federal da Bahia) - ribeiropardo.mariana@gmail.com
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, membro do CURIAR - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo



ARTICULAÇÕES URBANAS EM ESCADA: PLANEJAMENTO COLABORATIVO ATRAVÉS DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E CIDADE

RESUMO:

Este texto tem como objetivo abordar uma experiência de extensão universitária, com o projeto Articulações Urbanas em Escada, que se configura como um processo de planejamento colaborativo na localidade de Escada, na região do Subúrbio Ferroviário de Salvador, e estabelecer referências entre este projeto e o planejamento urbano, considerando alternativas para a implementação de propostas que considerem as necessidades reais da população. A aproximação com o território, iniciada através de uma disciplina de planejamento urbano e regional, teve como resultado a interlocução com a Escola Comunitária de Escada, que se configura como um espaço de desenvolvimento educativo e social para crianças e adolescentes da região, assumindo a importância de considerar a construção de uma consciência ativa sobre o local que habitam. Nesse sentido, buscou-se um diálogo horizontal entre comunidade e universidade, articulando as temáticas de Educação e Cidade com a elaboração coletiva de um plano de ações que contribua para fortalecer os vínculos entre Escola e Comunidade.

Palavras-chave: Educação. Cidade. Planejamento Urbano. Extensão Universitária.

ST – 5: “Outras Práticas Sociais em Favelas, Bairros e Assentamentos”



1. UM OUTRO PLANEJAMENTO URBANO

Os processos contemporâneos de ocupação e crescimento de cidades pós-coloniais latino americanas, revelam um modelo de expansão horizontal das malhas urbanas, que contribuíram, e ainda contribuem, para a fragmentação e segregação social no território, como também, para a interferência do modelo desenvolvimentista da globalização financeira, afetando diretamente a dinâmica econômica e protagonizando a internacionalização dos espaços urbanos. Em Salvador, assim como em outras capitais brasileiras, também observa-se a interposição desses fenômenos, com a descentralização da atuação do Estado e o livre mercado de suas terras ociosas, assim como de relações espaciais e sociais pré-estabelecidas que hoje representam barreiras para a inserção de novos investimentos internacionais. Sobre este tema, Mattos comenta que

Nessa direção, não devemos esquecer que, em concordância com as ideias centrais do novo discurso ideológico dominante, foi defendida a conveniência de implementar políticas de descentralização política e administrativa, pela suposição de que este seria um caminho adequado para limitar as atribuições do Estado central em benefício da sociedade civil e de comunidades locais. Contudo, em uma sociedade onde a distribuição desigual do poder entre os distintos atores sociais é um fato, é fácil comprovar que a descentralização foi um meio ideal para que as autoridades locais favorecessem com frequência os interesses de atores mais poderosos (MATTOS, 2008, p.48, tradução nossa).

Nesse sentido, a imposição deste desenvolvimento econômico, associado ao processo de urbanização, contrapõe-se à perspectiva de um planejamento urbano adequado às necessidades de toda a população, tendo como resultado cidades desordenadas e com carência de infraestruturas e serviços públicos eficientes. Harvey fala que "a urbanização [...] desempenhou um papel decisivo na absorção de capitais excedentes, em escala geográfica sempre crescente, mas ao preço do explosivo processo de destruição criativa que tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade" (HARVEY, 2012, p.85). A intervenção internacional sobre o solo urbano, e sobretudo as estratégias locais para atração desses investimentos, continuam sem apresentar retornos efetivos para a população, comprometendo ainda mais as assimetrias sociais pré-existentes. Segundo Harvey,



Como em todas as fases precedentes, esta expansão mais recente do processo urbano trouxe com ela incríveis transformações no estilo de vida. A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana (HARVEY, 2012, p. 81).

Em contraposição a esses modelos de intervenções sobre a cidade, que cada vez mais privilegiam uma parcela menor da população, comprometendo, principalmente, o acesso das camadas mais pobres, aos bens e serviços públicos, torna-se necessário o direcionamento de um olhar mais sensível ao planejamento urbano, buscando garantir o acesso ao direito à cidade, bem como o atendimento às especificidades das comunidades locais. Nesse sentido, orienta-se inclusive a associação com outros métodos de intervenção sobre o território, buscando uma aproximação com características como a coletividade e a afetividade, que despontam em regiões periféricas, declinando de perspectivas econômicas notadamente desenvolvimentistas. Com a compreensão da necessidade de adotar novos procedimentos para o estudo e a ação sobre a cidade, e apresentando novos caminhos para estas práticas, Acosta defende que

No contexto das discussões pós-desenvolvimentistas se multiplicam os esforços por uma reconstrução e inclusive pela superação da base conceitual, das práticas, das instituições e dos discursos do desenvolvimento. Nesta situação, sem minimizar suas contribuições, há que se superar inclusive as visões heterodoxas, que enfocavam "desenvolvimentos alternativos", quando **é cada vez mais necessário gerar "alternativas ao desenvolvimento** (ACOSTA, 2012, p.201, grifos nossos).

Assim, no sentido de buscar alternativas ao planejamento desenvolvimentista, é preciso adotar novas ferramentas que permitam identificar outras dinâmicas urbanas, a partir do contato gradual com o território e o seu corpo social, redescobrimo experiências que compõem o cotidiano da cidade e imprimem ritmo à vida nas periferias. Nessa perspectiva, Biase aborda a importância de perceber os simbolismos, as memórias e as narrações que destituem a cidade do entendimento como simples cenografia, buscando compreender que "os processos materiais, que transformam a cidade, os discursos que participam destas transformações, são



tão entrelaçados que é necessário analisá-los de forma conjunta para poder entender suas complexidades e interdependências [...]" (BIASE, 2012, p.199). Careri corrobora dessa visão acerca da indispensabilidade de estabelecer outras relações com o espaço urbano, implicando o território e suas territorialidades no estudo e no planejamento da cidade, defendendo que

Se, de fato, se quer ganhar "outros" espaços, é preciso saber brincar, sair deliberadamente de um sistema funcional-produtivo e entrar num sistema não funcional e improdutivo. É preciso aprender a perder o tempo, a não buscar o caminho mais curto, a deixar-se conduzir pelos eventos, a dirigir-se a estradas impraticáveis onde seja possível "topar", talvez encalhar-se para falar com as pessoas que se encontram ou saber deter-se, esquecendo que se deve agir. **Saber chegar ao caminho não intencional, ao caminhar indeterminado** (CARERI, 2011, p.242-243, grifos nossos).

Entre essas questões, relativas à dinâmicas populares que delineiam outras formas de vida nas periferias das cidades, é importante considerar as ações que florescem na cena urbana, conquistando espaço na disputa pelo direito à cidade e pelo acesso aos direitos básicos, que deveriam ser garantidos à população. Assim, Ribeiro orienta que "no presente, é necessário analisar a dissolução dos princípios políticos que regem a ordem urbana e, também, acompanhar a ressignificação da experiência urbana por atores sociais com diversas culturas políticas" (RIBEIRO, 2009, p.150-151). Tais acúmulos revelam outros conteúdos que, reunidos na cidade, assumem novos sentidos e orientam o exercício da cidadania, a exemplo da solidariedade, da afetividade, da sociabilidade. Sobre esses pontos, Ribeiro argumenta que

[...] **é preciso realizar o estudo das tendências contra-hegemônicas.** Este estudo exige a pesquisa de outras formas de poder que, reunidas na cena urbana, adquirem visibilidade e grande influência nos momentos mais agudos de mudança conjuntural. Estas outras formas de poder incluem vínculos comunitários, experiências religiosas, relações étnicas e aprendizados ancestrais (RIBEIRO, 2009, p.153, grifos nossos).

Tendo como base esses princípios relativos à identificação de outras formas de poder e expressão na cidade, a experiência do estudo e da proposição relativos ao planejamento urbano, apresentou novos caminhos que permitiram outras aproximações com o território e seus expoentes: culturais e sociais. Nesse sentido, interessa abordar uma experiência



acadêmica a partir da Faculdade de Arquitetura da UFBA, que reuniu diferentes atores para pensar e propor alternativas ao planejamento urbano comum, elaborando conjuntamente, entre comunidade e universidade, um plano colaborativo denominado AUÊ - Articulações Urbanas em Escada. Este instrumento, posteriormente desdobrado em um projeto de extensão universitária, associa dois importantes campos: a educação e a cidade; dialogando com crianças e adolescente na construção de uma consciência ativa sobre os espaços que habitam.

2. TERRITORIALIDADES E SUBJETIVIDADES NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR

Os processos de estudos e práticas urbanos sobre Salvador, que teve como proposição o plano AUÊ - Articulações Urbanas em Escada, desenvolveu-se a partir da região do Subúrbio Ferroviário de Salvador, localizada na periferia noroeste da cidade, tendo sido posteriormente aprofundado na localidade de Escada. A perspectiva de atuação inseriu-se no contexto de uma disciplina de planejamento urbano e regional, buscando dialogar a partir de novas vertentes do fazer cidade, considerando tensionamentos, debates e reflexões acerca do urbanismo e suas urbanidades, assim como o fortalecimento da discussão em torno do papel social da universidade, unindo em seu programa atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tal direcionamento despertou a necessidade de encontrar outros caminhos para acessar o espaço em questão, contatando moradores, agentes sociais e culturais, representantes institucionais e outras conexões para possibilitar essa interlocução.

Partindo de uma experimentação imaginativa sobre o Subúrbio Ferroviário, através de diálogos em grupos sobre experiências anteriores nesse local, foram traçadas novas metodologias de apreensão do espaço, invertendo a lógica desenvolvimentista, e valorizando o processo, as análises, as ações e as relações com o território. Em primeiro momento, decidiu-se, para além do contato com pessoas associadas à região, vivenciar modos diversos de acesso à área, utilizando como meios de transporte, ônibus, carro, barco e trem. Esses modais desempenham um papel de campo de observação do cotidiano, compreendendo, para além dos suas formas de funcionamentos, fluxos, interações e sociabilidades, conferindo novas interpretações sobre esses espaços. Nesse sentido, foram produzidos, em grupo, relatos sobre essas experiências, reunidos em um livreto denominado Multiplicidade, como uma



releitura do livro *Cidades Invisíveis*, de Ítalo Calvino, apresentando, como exemplo, a passagem pelo trem.

[...] Ainda que meu corpo quase não se deslocasse naquela cidade, eu percorri muitos lugares, observei muitas pessoas e elas entravam e saíam com certa constância. Uma verdadeira cidade andante. E o que havia de curiosidade em mim antes de entrar naquela cidade, rapidamente, se transformou em indignação ao descaso. Em *Movimentada* o precário é evidente, nos seus espaços, na sua gestão... E antes que eu me esqueça, mas não menos importante: a cidade não funciona aos domingos (p.10).

O contato com o trem (Figura 1) foi o primeiro momento de identificação das ausências de ações efetivas de planejamento urbano e gestão pública adequados às necessidades dos cidadãos, visto que este transporte, que é ainda a forma mais acessível financeiramente, apresenta diversas debilidades funcionais. Ao mesmo tempo, foi possível nesses trajetos, encontrar pessoas e espaços potenciais da região, a exemplo do Espaço Cultural Acervo da Laje, no bairro de Plataforma, coordenado por José Eduardo Ferreira Santos e Vilma Santos, que buscam resgatar a memória, a cultura e as artes locais, muitas vezes invisibilizadas no contexto da cidade contemporânea. Dessa forma, o Subúrbio Ferroviário foi desdobrando novos aspectos que, no contexto das ações sociais, representam novas significações acerca do espaço urbano. Com relação à essa questão, Ribeiro apresenta que

O lugar opõe-se ao pensamento único mas, também, ao politicismo e ao economicismo. Ele é, sobretudo, vida social, memória afetiva, sociabilidade e ação espontânea. [...] Não existem barreiras rígidas entre local e lugar, a não ser aquelas construídas pelos muros que isolam os espaços orgânicos da pobreza dos espaços alisados da modernidade tardia. Para além (e aquém) destas barreiras, são tecidos os pactos, as negociações, as áreas de dúvida e os acordos estratégicos que constroem o cotidiano urbano (RIBEIRO, 2009, p.153, grifos nossos).

Ainda neste primeiro momento, foram feitas novas incursões no território, alcançando espaços nos bairros de Paripe, de Itacaranha, de Escada, e no parque de São Bartolomeu, nos quais foram realizadas outras práticas, correlacionadas com as dinâmicas locais, estabelecendo diálogos e pequenas ações nessas áreas. Nesse contexto, a localidade de Escada destacou-se



como um lugar representativo de subjetividades e territorialidades, que se desenvolveu a partir das falas de seus moradores, revelando raízes e memórias que sobrepõem o tempo histórico, e que, através de pesquisas com fontes institucionais, reportagens, e outros materiais, não eram capazes de expressar. Magnani aborda a importância de considerar as práticas cotidianas dos moradores nos processos de aproximação com a cidade, expondo que

A simples estratégia de acompanhar um desses "indivíduos" em seus trajetos habituais revelaria um mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos, em contextos tão variados como o do trabalho, do lazer, das práticas religiosas, associativas etc. É neste plano que entra a perspectiva de perto e de dentro, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos (MAGNANI, 2002, p.12).

A localidade de Escada ainda apresenta bastante conexão com a sua trajetória e seu passado, questões que apareceram nas falas dos moradores, complementando a busca por uma história que está guardada, principalmente, nas memórias e registros pessoais desses moradores. É importante pontuar sobre esse processo de retomada e reconstrução histórica do território, que foi, em grande parte, preenchido pelas narrativas de seus moradores, já que as informações presentes nos registros oficiais eram poucas e, muitas vezes incertas, apontando para uma invisibilidade da história e da identidade da região. Nesses diálogos, foi possível identificar processos urbanos da localidade, que se situa no entorno da Igreja Nossa Senhora de Escada (Figura 2), datada de 1536, e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1962.

Figuras 1 e 2. A linha ferroviária de Escada, à esquerda, e a Igreja Nossa Senhora de Escada, à direita.



Fonte: Projeto de Extensão AUÊ, 2018

Essa igreja aqui é uma das mais velhas do Brasil. Um padre jesuíta, José de Anchieta, descansou aí, o pulmão dele estava fraco e ele descansou aí. Dá pra ver nas lápides da igreja que ela é muito antiga, mas não é divulgada. Ela é tombada, mas não tem alguém que ajude a conservar essa igreja, a gente que tem que dá conta. Tem alguns fiéis, como eu, que quando precisa de alguma coisa a gente dá (Relato de Seu Herquelau, morador de Escada, 2017).

Escada, em suas primeiras ocupações de solo, por volta dos anos 1940, abrigou uma grande Olaria, responsável pela produção de diversos materiais cerâmicos utilizados na região durante o período. Ao encerrar suas atividades, a Olaria cedeu espaço para a construção de um Conjunto Habitacional para funcionários do BANEBA, caracterizando a região como predominantemente residencial, contexto preservado até os dias atuais. Desde o desenvolvimento inicial, não foi considerada a implementação de espaços para equipamentos e serviços básicos, marcando a ausência de praças, quadras de esportes, áreas de convívio ou qualquer tipo de infraestrutura que garanta suporte para os moradores.

Aqui era um conjunto que foi construído pelo Baneb, para os funcionários. O senhor que tinha esse terreno tomou um empréstimo no Baneb, aí a situação piorou e ele foi à falência. Então ele cedeu o terreno da antiga Olaria para o banco. Aí o banco foi fazendo o loteamento para os funcionários que não tinham casa... Só que teve muito problema. Funcionários que já tinham casas, vieram logo cedo e foram pegando seus lotes. Mas depois foi reunindo todo mundo, inclusive os funcionários que não tinham aluguel,



reorganizaram e fizeram as casinhas (Relato de Dona Benícia, moradora de Escada, 2017).

Em Escada, ainda resistem ofícios tradicionais, preservando uma cultura artesanal, vinculada à pesca, à marcenaria, à reciclagem, representadas por artífices que ainda vivem no local. Há, ainda a articulação da população para construir iniciativas coletivas no local, o que reflete na existência de espaços como a Biblioteca Comunitária Paulo Freire, o Centro Suburbano de Educação Profissional (CESEP) e a Escola Comunitária Nossa Senhora de Escada. O processo de aproximação com o território e com os moradores culminou na interlocução direta e constante com a Escola Comunitária, que além de ofertar educação infantil gratuita, desenvolve um projeto socioeducativo com crianças e adolescentes entre 9 e 18 anos, realizando atividades, debates e ações voltadas para a transformação social e espacial de Escada.

3. EDUCAÇÃO E CIDADE

Diante da intenção de trabalhar a questão do planejamento urbano sob novas perspectivas, considerando a importância da interlocução com diferentes agentes sociais, instituições comunitárias e campos do conhecimento, a proposição AUÊ - Articulações Urbanas em Escada fundamenta-se a partir do diálogo com a Escola Comunitária de Escada, articulando Educação e Cidade como temas centrais, e associando outras questões que foram abordadas através do estudo e aproximação com o Subúrbio Ferroviário de Salvador. Nesse sentido, foi interposta a necessidade de compreender, com maior profundidade, experiências e teorias relativas à essas temáticas, buscando, por meio de conversas, pesquisas e orientações, direcionar um novo olhar para um sentido de aprendizagem, que une Escola e Comunidade, na construção de um posicionamento civil e responsável quanto às crianças e adolescentes.

A identificação desse processo de aprendizagem, orientado para a importância da formação de jovens comprometidos com a realidade social em que se inserem, e que não se restringe ao aprendizado formal, como é o caso da Escola Comunitária de Escada, também contribuiu para a investigação de estruturas semelhantes que fortalecesse o entendimento dessa metodologia. Dessa forma, houve a aproximação com o modelo de Reggio Emilia, uma abordagem desenvolvida na educação da primeira infância, a partir do pós-guerra, na Itália, por iniciativa



do educador Loris Malaguzzi, que estabeleceu, em convivência com a municipalidade, uma instituição secular, desvinculado da Igreja Católica, que até então coordenava este período do ensino escolar. A principal referência de aprendizagem trata-se da Pedagogia da Escuta, um processo didático que considera as diferentes linguagens da criança, e que também se fundamenta nos contextos cultural, histórico, político e social do local onde se estabeleceu, a cidade de Reggio Emilia.

A metodologia de Reggio Emilia compreende a importância da dinamicidade da pedagogia, além da integração entre crianças, educadores, famílias e comunidade, trabalhando em prol de uma educação como prática de liberdade. Sobre isso, Malaguzzi explica

A equação era simples: se as crianças possuíam direitos legítimos, então elas também deveriam ter oportunidades de desenvolver sua inteligência e de serem preparadas para o sucesso que não deveria e não lhes poderia escapar. Esses eram os pensamentos dos pais, expressando uma aspiração universal, **uma declaração contra a traição do potencial das crianças, e um alerta de que elas, antes de tudo, precisavam ser levadas a sério e merecer nosso crédito** (MALAGUZZI, 1999, p.71, grifos nossos).

De modo semelhante, foram desenvolvidas as Comunidades de Aprendizagem na Espanha, a partir dos anos 70, em Barcelona, com um projeto em consonância com uma estrutura de interação e participação da comunidade, a partir de um processo de aprendizagem dialógica com crianças e adolescentes, e também com as famílias. A pedagogia aplicada nessa experiência, tem como objetivo possibilitar a mudança social através da educação, transformando não somente as pessoas que se envolvem diretamente com as atividades, mas, também, o entorno no qual se insere, estimulando o protagonismo popular na gestão compartilhada de espaços educativos. SASO et al. aborda a importância de reduzir as barreiras entre escola e cidade, entendendo também as potencialidades do contexto urbano para a produção de diferentes formas de aprendizado, demonstrando que

Transformar uma escola, quer dizer transformar sua estrutura interna, suas relações e seu entorno ao mesmo tempo e fazendo de baixo para cima, como uma proposta coletiva, nunca imposta. As escolas não são ilhas, portanto, a mudança, é uma mudança que influencia e tem a influência do entorno ao que serve. Além disso, implica na mudança dos professores, famílias e dos



alunos. Cada um e cada uma assumem um papel muito mais participativo, consciente de sua tarefa fundamental (SASO et al., 2006, p.73, tradução nossa).

As comunidades de aprendizagem, a partir da década de 90, foram estudadas pela Universidad de Barcelona, por meio do Centro de Investigación en Teorías y Prácticas Superadoras de Desigualdades (CREA), desenvolvendo pesquisas acerca das perspectivas de introdução dessa experiência em outros níveis educacionais. Essa associação - entre escola, comunidade e universidade -, também se reflete nos desdobramentos da proposição AUÊ, tendo como expoentes a Escola Comunitária de Escada, moradores e outros agentes da região, e a UFBA, através de um grupo de estudantes e professores da Faculdade de Arquitetura. As atividades realizadas no âmbito deste projeto estão no campo da extensão universitária, trabalhando questões como a interdisciplinaridade, a autonomia e a responsabilidade da universidade com o contexto social que se insere.

4. ARTICULAÇÕES URBANAS EM ESCADA

Durante a aproximação com o território de Escada e a Escola Comunitária de Escada, foi desenvolvido um processo participativo, tendo como base o diálogo horizontal entre as partes, a partir de encontros entre um grupo de estudantes da UFBA, a coordenação pedagógica da Escola e os estudantes do projeto socioeducativo, apontando para a construção de um trabalho em conjunto que contemplasse as demandas do território, as reivindicações dos moradores e as contribuições que poderiam caber à universidade. Nesse sentido, e dentro do contexto da arquitetura e do urbanismo, entendeu-se que “trabalhar com os habitantes é fundamentalmente uma maneira de trabalhar ativamente sobre a cidade, sobre ‘fazer a cidade’” (BIASE, 2012, p.190). A partir dessa interlocução, foi possível refletir sobre os modelos de planejamento urbano atuais, e pensar em novas alternativas que contribuam para as demandas da população local.

A interação entre os agentes envolvidos no processo, somado à inquietação sobre as possibilidades no campo do planejamento urbano e da produção da cidade, teve como resultado o projeto AUÊ - Articulações Urbanas em Escada, uma proposta que se coloca como alternativa aos planos políticos atuais, que se baseiam em interesses econômicos de



caráter desenvolvimentista, vinculados à globalização financeira. É também uma contraposição ao planejamento superficial e incompleto que costuma acontecer nas áreas suburbanas das grandes cidade, sem qualquer participação ou consulta às reivindicações populares.

O AUÊ se apresenta como um plano colaborativo, que busca, através de metodologias participativas, encontrar novas perspectivas de transformação socioespacial. Esse plano propõe um processo de formação e mobilização dos jovens que frequentam a Escola Comunitária, discutindo o tema Educação e Cidade a partir de cinco eixos, relativos ao planejamento urbano: meio ambiente; cultura; saúde; mobilidade urbana; e criança e cidade. As atividades e ações planejadas estão inseridas no debate do direito à cidade, e fortalecem o processo de luta por uma cidade mais acessível e inclusiva para crianças e adolescentes, pensando na participação desses agentes desde o debate, até a criação e o uso dos espaços urbanos. Nesse sentido, o projeto referencia-se na pedagogia de Reggio Emilia, sobre a qual é discorrido que

A prática de inserir as crianças cotidianamente em situações de pesquisa e debate favorece o questionamento sobre si próprias e sobre os outros, o que as torna mais participativas e, futuramente, cidadãos mais críticos e cientes da importância de seu papel em uma sociedade mais justa e igualitária (Centro de Referências em Educação Integral, 2014).

Os cinco eixos foram escolhidos em campo, através dos diálogos produzidos dentro da Escola Comunitária de Escada, e também das relações estabelecidas com outros moradores da região. É uma via de mão dupla, de um lado, a cidade enquanto escola, entendida como um espaço de aprendizagem, onde são construídas relações sociais, territoriais e culturais que simbolizam a história e a identidade da população local. De outro, a escola enquanto espaço de discutir a cidade, possibilitando criar alternativas para construir novos lugares. Ambos os caminhos apontam para o objetivo do AUÊ, de envolver os estudantes no debate sobre o direito à cidade, instrumentalizando-os para o conhecimento e a reivindicação de seus direitos enquanto cidadãos. Para a proposta, é fundamental mobilizar as crianças e os jovens para pensar, discutir e pautar a efetivação de políticas públicas no local onde vivem.



Assim, o plano de ações se organiza através de atividades dentro dos cinco eixos, realizadas e incluídas no turno do projeto socioeducativo, que já é desenvolvido na Escola Comunitária de Escada. Cada eixo se divide em dois momentos, o primeiro tem caráter de formação teórica, informatização e instrumentalização sobre os direitos e possibilidades de reivindicação pelo tema em questão, contando com a participação e colaboração de agentes locais, e de coletivos urbanos que se relacionam aos temas abordados. No segundo momento, de caráter mais prático, as crianças e jovens pensam, planejam e executam uma ação coletiva aberta à comunidade, que podem acontecer em diversos formatos: oficinas, micro intervenções, rodas de diálogo, entre outros. Esses dois momentos atuam de forma complementar e articulada, envolvendo os participantes com cada um dos eixos trabalhados e levando-os a refletir e questionar sobre suas relações com a cidade e, mais especificamente, com o território onde vivem.

5. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO DESDOBRAMENTO

Durante o processo de construção da proposição AUÊ, existiu a vontade de tencionar e aproximar a relação entre o ensino e a extensão universitária, entendendo ambos como espaços na academia que podem, e devem, ser articulados. Somados à pesquisa, o ensino e a extensão formam a tríade básica para um ensino universitário de qualidade, abordando perspectivas plurais e complementares. Isso significa dizer que os espaços destinados a cada um dos pontos desta tríade deveriam estar sempre em comunicação e consonância, assim como deveriam ser igualmente valorizados e difundidos. Nesse contexto, o AUÊ apresentou-se como uma possibilidade de aliar uma demanda vinda de dentro do ensino, com uma prática extensionista, de caráter social, e baseada, principalmente, na troca entre a comunidade e a universidade, para a produção de um conhecimento coletivo. Essa aproximação esteve aliada aos processos pedagógicos do educador Paulo Freire, defendendo que

Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem, em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1983, p.15).



Partindo da potência dos encontros e da articulação entre a universidade e a Escola Comunitária de Escada, o projeto AUÊ, que surgiu dentro de uma disciplina finalizada no semestre letivo 2017.2, e até então se apresentava como um plano de ações, acabou se desdobrando em um projeto de extensão, no início do semestre letivo 2018.1, para que fosse possível colocar esse planejamento colaborativo em prática. Dessa forma, o AUÊ foi vinculado ao Programa de Extensão Permanente CURIAR - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, um grupo de gestão estudantil e horizontal, que atua em parceria com comunidades e movimentos sociais há quase seis anos, desenvolvendo processos e projetos participativos, a partir de demandas trazidas pela sociedade.

É importante colocar que parte da equipe responsável pela elaboração do projeto AUÊ, já participou, ou ainda participa do CURIAR, o que facilitou e potencializou esse processo de inserção. O Escritório Modelo teve influência sobre a construção do modelo, isso porque é considerado como um espaço de formação paralela ao curso para esses estudantes, onde foi possível se aproximar de discussões e ações relacionadas ao direito à cidade, processos coletivos, ações participativas, mobilização comunitária, dentre outros temas que aparecem como diretrizes do AUÊ.

Entendendo que os tempos da universidade e da comunidade são bastante diferentes, o que muitas vezes dificulta uma atuação social e participativa dentro do ensino, ter esse espaço dentro do CURIAR se mostrou como um ponto fundamental para continuidade do processo. Com o plano de ações em mãos, e as discussões e decisões relativas ao AUÊ bastante amadurecidas por todos os envolvidos no planejamento, foram iniciados os encontros relativos aos cinco eixos. O processo vem sendo construído e executado horizontalmente, o que reflete em um processo de autonomia entre todos. Nesse sentido, foram realizadas atividades, oficinas e debates relacionados aos eixos meio ambiente, saúde, mobilidade urbana e cultura, sendo o próximo: criança e cidade.

As práticas desenvolvidas a partir do AUÊ vêm sendo entendidas como um importante espaço de formação, instrumentalização, mobilização comunitária, circulação de informações e compartilhamento de experiências, não só para as crianças e os jovens, que são os sujeitos principais do projeto, como também para todos que participam das atividades. Outro ponto fundamental é que o processo possibilitou a articulação entre agentes sociais e culturais que



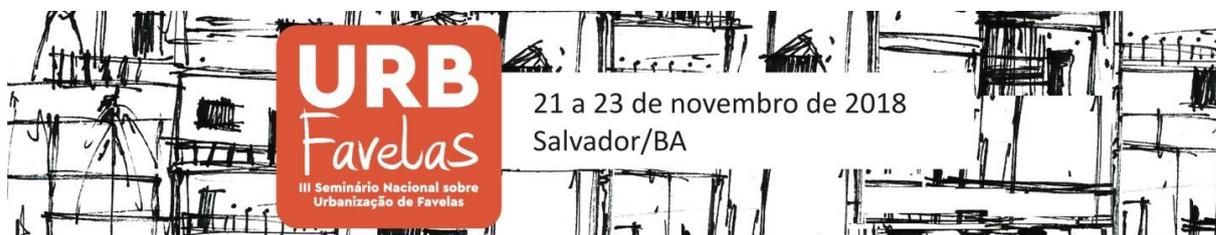
atuam no território do Subúrbio. O Acervo da Laje, por exemplo, fez parte do eixo cultura, na roda de diálogo “A relação entre cultura e território na construção da identidade individual e coletiva” (Figura 3), representado por Vilma Santos, José Eduardo Ferreira, Leandro Souza e Fabrício Cumming. Posteriormente, no eixo mobilidade urbana (Figura 4), aconteceu a participação do Movimento Trem de Ferro, através de Gilson Vieira, e do coletivo Mobicidade, representado por Thiago Evangelista, durante um dinâmica e discussão sobre o tema em questão.

Figuras 3 e 4. À esquerda, roda de diálogo no eixo Cultura, com o Acervo da Laje. Ao lado, dinâmica realizada durante encontro do eixo Mobilidade Urbana.



Fonte: Projeto de Extensão AUÊ, 2018

Durante o desenvolvimento do eixo meio ambiente, e somado a desejos anteriores de participantes do projeto e outros moradores de Escada, surgiu a vontade de construir coletivamente um jardim no entorno da escola e da Igreja, que ficam localizados lado a lado. Além do jardim, também pretendia-se realizar uma horta, que pudesse dar suporte a cozinha da escola e estimular interações - cuidado, responsabilidade, manuseio com terra, afeto com o meio ambiente - com as crianças. Para a concretização desse desejo, o AUÊ contou, inicialmente, com a participação, contribuição e instrumentalização de Laís Leitão, arquiteta urbanista que vem desenvolvendo seu projeto de mestrado com hortas urbanas, na UFBA. Posteriormente, através de metodologias participativas - com auxílio de maquetes, desenhos e dinâmicas - discutimos, planejamos, e colocamos em prática a construção do jardim e da horta



(Figuras 5 e 6). Esses espaços continuam sendo cuidados e ampliados autonomamente pelos moradores.

Figuras 5 e 6. Ações realizadas durante a etapa prática do eixo Meio Ambiente.



Fonte: Projeto de Extensão AUÊ, 2018

Essa nova etapa do AUÊ, para além do caráter prático, faz parte de um processo de ampliar o debate sobre Educação e Cidade dentro do curso de Arquitetura e Urbanismo, possibilitando o acesso de outros estudantes as atividades desenvolvidas no projeto, e registrando e divulgando todos os encontros e resultados. Por acreditar na potência da extensão universitária, e em uma atuação conjunta, horizontal e bilateral entre universidade e sociedade, o AUÊ pretende se colocar como um espaço de reverberação dessas práticas coletivas, dentro e fora da academia. É importante que a produção acadêmica da arquitetura e do urbanismo, esteja vinculada aos agentes sociais que atuam cotidianamente na transformação do território, para pensar em espaços e cidades mais democráticas e plurais.

6. E CONTINUA

O trabalho que vem sendo desenvolvido em Escada, com o projeto de extensão AUÊ, e com a interlocução com a Escola Comunitária de Escada, através das atividades com crianças e jovens da região, trazem novas perspectivas para a atuação na área do planejamento urbano, considerando processos participativos e o direito de crianças e adolescentes à cidade. A escolha da temática da Educação, a ser aprofundada a partir da articulação com a Cidade, e



seus diversos componentes - materiais, simbólicos e sociais -, relaciona-se à importância de discutir uma formação educativa que associe os conteúdos acadêmicos à participação nos contextos sociais e políticos dos espaços aos quais se inserem. Acerca da identificação desses componentes, que são expressos na cena urbana, denominados de ação social por Ribeiro, é dito que

[...] o espaço urbano - além de uma condensação de carências - é também depositário de aprendizados, conquistas e projetos populares, mesmo que estes continuem retidos nas malhas da ordem dominante. Interrogando esta ordem, a pesquisa da ação social reconhece as energias latentes da cidade, impedindo que o espaço físico e a paisagem orientam, com exclusividade, a interpretação da vida social. Afinal, a realidade visível não esgota a experiência urbana, que também é dotada de transcendência (RIBEIRO, 2009, p.149).

O plano de ações aqui delineado, tem como perspectiva, para os envolvidos nesse processo, contribuir para a participação dos mesmos na construção da cidade, deslocando o papel do planejador urbano da ordem acadêmica, para a ordem do cotidiano, a partir da experimentação de ações e relações que articulem diferentes agentes na construção de um conhecimento comum. Nesse sentido, sendo a experiência algo subjetivo, e também fruto de um acúmulo pessoal, a potência da coletividade reporta olhares diversos acerca das mesmas questões, contribuindo para imaginar novas possibilidades do "fazer cidade", a partir das experiências que foram construídas ao longo do tempo, e pensar formas de concretizá-las. Biase refere-se à essa questão da cidade, entendendo-a como

[...] um processo material e simbólico de espaços e tempos que são continuamente imaginados, narrados, negociados e projetados pelas pessoas que o habitam, por aqueles que o constroem e os administram e por todas as restrições (materiais, políticas, econômicas etc.) que vão surgindo paulatinamente (BIASE, 2012, p.199).

Com a realização do projeto, o AUÊ ampliou o diálogo e reforçou as possibilidades de atuações conjuntas entre os grupos envolvidos no processo, tendo como principais objetivos: circular informações, articular agentes e mobilizar ações. O primeiro, refere-se às discussões e reflexões que acontecem sobre os eixos, associando-os ao tema de Educação e Cidade, de



forma que as informações trabalhadas atinjam novos espaços, a partir das relações das crianças e adolescentes com as famílias, a comunidade e outros atores que tenham contato. O segundo, possível através da participação de outros grupos e coletivos que atuam no Subúrbio nas atividades do AUÊ, fazendo o contato com a Escola Comunitária, e apresentando novas possibilidades de ação conjunta. E o terceiro, através da realização de oficinas, dinâmicas e pequenas intervenções integradas à comunidade, e que posteriormente foram, e serão, multiplicadas pelos participantes autonomamente.

Dentre esses objetivos, foram apresentaram desdobramentos no eixo meio ambiente, com a multiplicação das ações na consolidação e manutenção da horta comunitária, liderados pelos grupo de crianças e adolescentes, e com a colaboração de outros moradores da localidade. O desenvolvimento da autonomia dos jovens, marca o projeto no sentido de confirmar a imaginação de perspectivas da realização de novas construções, com as possíveis e necessárias alterações e atualizações metodológicas e temáticas do fazer cidade. Nesse sentido,

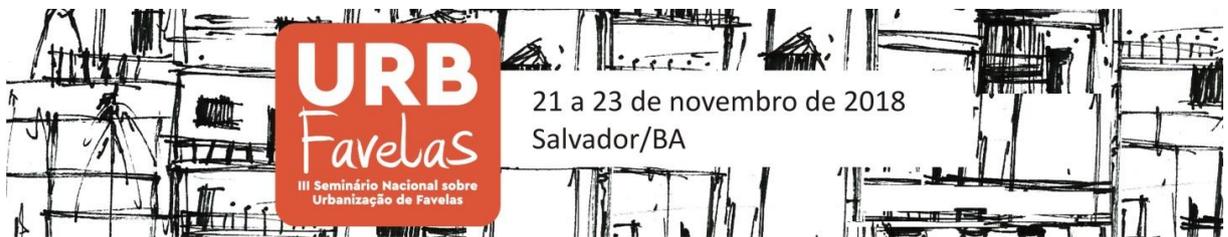
Os pequenos gestos, as pequenas coisas que constroem o cotidiano e que reinventam continuamente os compromissos necessários para que cada um possa encontrar seu lugar, tornam-se coisas que precisam *avere cura* para se compreender, no sentido de se tomar cuidado juntos, da cidade (BIASE, 2012, p.201).

Durante o desenvolvimento das atividades propostas no plano de ações, percebeu-se a necessidade de adaptações e reestruturações nas construções delineadas no AUÊ, incorporando a ideia de manter o plano aberto à avaliações e atualizações, frente às transformações no processo. Nesse sentido, tem-se a clareza de que a presença dos estudantes em campo constitui-se como fundamental para o entendimento das camadas que tecem a trama socioespacial da cidade, e neste caso, da localidade de Escada, a partir de observações individuais e, sobretudo, do diálogo com os atores sociais deste espaço, que contribuíram para uma ampliação do olhar sobre o território, ao longo do processo. O trabalho desenvolveu-se, portanto, através de uma construção coletiva entre diferentes atores que utilizam o espaço urbano de Escada.



REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: BARTELT, D. D. (Org). **Um campeão visto de perto**: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Fundação Heinrich Böll: Rio de Janeiro, 2012, p.198-216.
- BENÍCIA; HERQUELAU. Entrevista concedida aos autores. Salvador, 24. set. 2017.
- BIASE, A. Por uma postura antropológica de apreensão da cidade contemporânea: de uma antropologia do espaço à uma antropologia da transformação da cidade. Tradução de Paola Jacques. **Revista Redobra**: Salvador, 2012, p.190-206.
- CARERI, F. Transurbância + walksapes ten years later. Tradução de Federico Bonaldo. **Revista Redobra**: Salvador, 2011, p.235-247.
- CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Reggio Emilia**: escolas feitas por professores, alunos e familiares. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/experiencias/reggio-emilia-escolas-feitas-por-professores-alunos-familiares/>>. Acesso em: fev. 2018.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- HARVEY, D. O direito à cidade. **Revista Lutas Sociais**: São Paulo, 2012, p.73-89.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**: São Paulo, n. 49, 2002, p.12-29.
- MALAGUZZI, L. Histórias, Ideias e Filosofia Básica. In: EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G; tradução Dayse Batista. **As Cem Linguagens da Criança**: A Abordagem de Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância. Editora ARTMED: Porto Alegre, 1999, p.59-104.
- MATTOS, C. A. Globalización, negocios inmobiliarios y mercantilización del desarrollo urbano. In: MONTÚFAR, M. C (Org). **Lo urbano en su complejidad**: una lectura desde América Latina. FLACSO: Quito, 2008, p.35-62.
- RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: EGLER, T. T. C.; POGGIESE, H. (Org.). **Otro desarrollo**



urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: CLACSO, 2009. p. 147-156.

SASO, C. E. et al. Comunidades de aprendizaje: una escuela en la sociedad de la información para todas las personas. In: SASO, C. E. et al. **Comunidades de aprendizaje:** transformar la educación. Editorial Graó: Barcelona, 2006, p.73-90.